

Série **Artigos**



Costa Azevedo:

o navegador das fronteiras
entre o Império e a República

DURANGO DUARTE



Costa Azevedo: o navegador das fronteiras entre o Império e a República

Militar, hidrógrafo, diplomata e parlamentar pelo Amazonas, o Barão de Ladário ajudou a documentar os rios amazônicos, participou da Guerra do Paraguai e resistiu à derrubada da Monarquia.

No Centro de Manaus, a rua Costa Azevedo conserva o nome de um personagem cuja ligação com o Amazonas ultrapassa a homenagem urbana. José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário, participou de levantamentos hidrográficos da região e representou o Amazonas no Parlamento. Sua trajetória reuniu investigação científica, carreira naval, diplomacia e atuação política em dois regimes: o Império e a República.

Nascido no Rio de Janeiro, Costa Azevedo tem sua data de nascimento registrada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal em 30 de novembro de 1823. O Arquivo da Marinha apresenta uma variante — 20 de novembro do mesmo ano. Diante dessa divergência, adota-se aqui a data dos registros legislativos, sem considerar que uma confirmação definitiva depende da localização de documentação pessoal contemporânea ao nascimento.

Filho de José da Costa Azevedo e Maria Amália de Azevedo, ingressou ainda adolescente na Armada Imperial. Segundo o Arquivo

da Marinha, assentou praça como aspirante a guarda-marinha em 23 de fevereiro de 1839. Tornou-se guarda-marinha em dezembro de 1841, segundo-tenente em dezembro de 1843 e primeiro-tenente em março de 1849. Décadas depois, alcançaria o posto de chefe de esquadra, em dezembro de 1882.

Sua formação incluiu uma experiência na Marinha dos Estados Unidos. O *Archivo Nobiliarchico Brasileiro* registra que ali serviu e aperfeiçoou seus conhecimentos. A produção técnica relacionada pela Câmara dos Deputados inclui um relatório sobre as características da fragata norte-americana *Raritan*, estudos de sua artilharia e diários náuticos de viagens entre o Rio de Janeiro e a Bahia. Esses trabalhos revelam a atenção do jovem oficial à observação, ao registro e ao funcionamento das embarcações.

Ainda no início da carreira, participou, a bordo da fragata *D. Afonso*, do salvamento de pessoas do navio inglês *Ocean Monarch*, incendiado nas proximidades de Liverpool. O Arquivo da Marinha registra também sua participação no socorro à nau portuguesa *Vasco da Gama*, na Baía de Guanabara, e nas operações contra a Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1849.

Uma parcela expressiva de seu legado, entretanto, foi construída no trabalho de conhecer rios, estabelecer posições geográficas e produzir informações para a navegação e a definição de fronteiras. Costa Azevedo participou de comissões de limites e de levantamentos hidrográficos em diferentes regiões do país. Na Amazônia, sua atuação aproximou conhecimento científico e presença do Estado.

Os catálogos legislativos relacionam cartas dos rios Japurá, Javari e Içá e do canal Auaty-Paraná, produzidas com sua participação ou sob sua direção. Identificam também os oficiais e técnicos envolvidos, entre eles João Soares Pinto, Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, Joaquim Leovegildo de Souza Coelho e Vicente Pereira Dias. O reconhecimento dessa colaboração permite compreender as expedições como empreendimento coletivo, dependentes de diferentes competências.

Na região amazônica, mapear significava mais que desenhar cur-

sos d'água. Os rios estruturavam deslocamentos, abastecimento, comunicação e administração. Determinar posições, registrar canais e organizar informações hidrográficas contribuía para tornar o território mais conhecido e subsidiar negociações de fronteiras. É nesse encontro entre ciência, navegação e soberania que se situa uma das contribuições de Costa Azevedo ao Amazonas.

Sua produção escrita demonstra que esse trabalho também foi acompanhado de controvérsias. O Senado relaciona uma resposta às arguições contra o procedimento da comissão de demarcação Brasil–Peru, publicada em 1863, uma defesa da comissão mista, de 1871, e um estudo sobre a questão de limites com o Peru, publicado em 1875, a partir de uma conferência realizada no ano anterior. São documentos que registram a necessidade de explicar e defender os resultados das missões.

Costa Azevedo também participou da Guerra do Paraguai. As Efemérides Brasileiras, do Barão do Rio Branco, registram o encouraçado Silvado sob seu comando em operações de passagem das baterias de Angostura. O *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, por sua vez, informa que sua promoção a capitão de mar e guerra, em 1869, ocorreu por distinção e bravura. Sua trajetória militar, portanto, compreendeu tanto atividades técnicas quanto participação em combate.

O reconhecimento imperial veio também por meio do título nobiliárquico. O inventário documental publicado nos *Anais do Museu Imperial* registra o decreto de 12 de agosto de 1885, que concedeu ao chefe de esquadra José da Costa Azevedo o título de Barão de Ladário, por serviços militares.

Quatro anos depois, sua carreira alcançaria o momento de maior dramaticidade. Último ministro da Marinha do Império, integrante do gabinete do Visconde de Ouro Preto, Ladário resistiu ao movimento que derrubou a Monarquia e foi gravemente ferido em 15 de novembro de 1889. O episódio registra a existência de resistência e violência na mudança de regime, frequentemente apresentada de maneira simplificada como uma transição inteiramente pacífica.

A queda do Império não encerrou sua vida pública. Sua ligação

parlamentar com o Amazonas vinha da Monarquia: a Câmara dos Deputados registra sua posse em 5 de fevereiro de 1879. Já na República, exerceu um primeiro mandato de senador pelo estado a partir de 1894 e retornou ao Senado em 1903.

A política também atravessava sua atuação na imprensa. Em 1855, no Rio Grande do Sul, fundou e redigiu o jornal *O Povo*, identificado pelo Senado como defensor do liberalismo histórico. Essa experiência acrescenta outra dimensão à biografia do oficial: a participação no debate público por meio da palavra impressa.

Sua chegada ao Senado em 1903 ocorreu em meio a uma disputa envolvendo forças políticas amazonenses e nacionais. Segundo o verbete da Fundação Getúlio Vargas sobre Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, este venceu a eleição com apoio de Silvério Nery, mas teve a vitória anulada pela Comissão dos Cinco. Com o respaldo de Pinheiro Machado e após acirrada disputa no plenário, Costa Azevedo foi reconhecido como vencedor. O episódio expõe os mecanismos de poder que interferiam na representação política durante a Primeira República.

Também pertence ao período republicano sua missão diplomática à China. A documentação oficial registra sua nomeação como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em 4 de março de 1893. A iniciativa estava vinculada aos esforços brasileiros de desenvolver relações com países asiáticos e tratar de questões comerciais e migratórias.

A missão enfrentou dificuldades sanitárias e os efeitos da guerra entre China e Japão. Em novembro de 1894, o governo brasileiro determinou sua retirada. O documento reconheceu o empenho de Costa Azevedo, mas informou que as circunstâncias haviam impedido o resultado pretendido. Sua passagem pela diplomacia deve, assim, ser compreendida também pelos obstáculos e limites encontrados.

José da Costa Azevedo morreu no Rio de Janeiro em 24 de outubro de 1904, data em que convergem os registros da Câmara, do Senado e do Arquivo da Marinha. Deixou uma trajetória que não cabe apenas na imagem do militar ferido em defesa da Monarquia:

foi também produtor de conhecimento geográfico, autor de estudos técnicos, homem de imprensa, diplomata e representante parlamentar do Amazonas.

Parte dessa história permanece preservada na Biblioteca Nacional. A Coleção Ladário reúne correspondência, relatórios, ofícios, apontamentos geográficos, desenhos e projetos de navios, além de documentos relativos à Guerra do Paraguai. O acervo permite investigar tanto sua atividade individual quanto as redes militares, científicas e políticas das quais participou.

Em Manaus, o nome inscrito na rua mantém uma ligação cotidiana com esse passado. Recuperar a biografia de Costa Azevedo é devolver conteúdo à homenagem: reconhecer o oficial que ajudou a documentar os rios amazônicos, o parlamentar que representou o Amazonas e o homem público que atravessou a ruptura entre dois regimes. Seus feitos e suas contradições pertencem à mesma história — e merecem ser conhecidos com o cuidado que os documentos exigem.

Série Artigos

